

Neoenergia
Dourados
Transmissão de
Energia S.A.

**Demonstrações
Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2021 e 2020**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2021**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
1. A NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.....	3
1.1. Estrutura Societária.....	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	3
3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO.....	4
3.1. Linhas de transmissão em construção.....	4
3.2. Subestação em construção.....	4
4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS.....	4
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA.....	4
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	5
6.1. Resultado Econômico Financeiro.....	5
7. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	5
7.1. Perfil da Dívida.....	5
DISCLAIMER.....	6

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

A Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

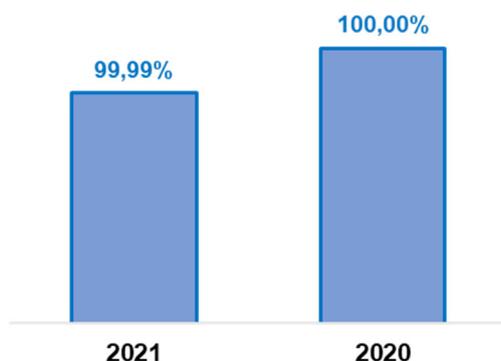
Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 – Imbirussu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbirussu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Ivinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Ivinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 – Dourados, com extensão de aproximadamente 48,21 km com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial.

Em 2021, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,9% (100% em 2020). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Em 2020, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante	2	230kV	137	11/08/2022	11/08/2047
LT Rio Brilhante – Campo Grande 2	1	230kV	149	11/08/2022	11/08/2047
LT Campo Grande 2 – Imbirussu	2	230kV	57,3	11/08/2022	11/08/2047
LT Nova Porto Primavera – Ivinhema 2	2	230kV	64	11/08/2022	11/08/2047
LT Rio Brilhante Dourados 2	1	230kV	122	11/08/2022	11/08/2047
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	2	230kV	48,2	11/08/2022	11/08/2047

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas					
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Dourados 02	-	230/138kV	-	11/08/2022	11/08/2047

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R\$ Mil)*	Evolução Física em 31/12/2021	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021 (R\$ Mil)*
LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante				
LT Rio Brilhante – Campo Grande 2				
LT Campo Grande 2 – Imbirussu				
LT Nova Porto Primavera – Ivinhema 2	91%	265.803	98%	70.856
LT Rio Brilhante Dourados 2				
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados				
SE Dourados 02				

* A RAP proporcional das LTs e SE destacadas é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que as 3 obras forem completamente finalizadas.

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R\$41.255 mil, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	
			R\$	%
Receita Bruta	60.360	8.716	51.644	593%
Deduções da Receita Bruta	(5.583)	(806)	(4.777)	593%
Custo Não Gerenciável	(675)	(78)	(597)	765%
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	54.102	7.832	46.270	591%
Custo Gerenciável	(6.904)	(3.479)	(3.425)	98%
Amortização / Depreciação	(11.008)	(118)	(10.890)	9229%
Resultado da Atividade	36.190	4.235	31.955	755%
EBITDA	47.198	4.353	42.845	984%
Resultado Financeiro	(61.255)	(19.448)	(41.807)	215%
Lucro Antes dos Impostos	(25.065)	(15.213)	(9.852)	65%
IR e CSLL	7.234	6.899	335	5%
Prejuízo do Período	(17.831)	(8.314)	(9.517)	114%

A Receita Bruta da Companhia em 2021 apresentou aumento de R\$51.644 mil (variação positiva de 593%) em comparação ao ano de 2020.

Os custos gerenciáveis registraram um incremento de 98% no ano, quando comparado com 2020. Esta variação é principalmente pelo reflexo do aumento de despesas com pessoal.

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi negativo em 2021 em R\$61.255 mil, sendo R\$825 mil referentes a receitas financeiras e R\$62.080 mil referentes a despesas financeiras.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou Prejuízo de R\$17.831 mil e EBITDA positivo de R\$47.198 mil.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 452.641 mil (dívida líquida R\$ 428.413 mil), apresentando um aumento de 32% em relação a dezembro de 2020, quando a dívida bruta foi de R\$ 343.537 mil (dívida líquida R\$ 333.507 mil).

Em dezembro de 2021, a Companhia contava com 3,5% da dívida bruta contabilizada no curto prazo e 96,5% no longo prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Dourados, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Dourados e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Dourados.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Dourados sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia Elétrica S.A
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE	13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	15
1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	16
2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES	16
3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS ..	19
4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS.....	20
5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	21
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	22
8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS	23
9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	25
10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS	28
11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	29
12. PROVISÃO PARA LITÍGIO E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	30
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32
15. PESSOAL E ADMINISTRADORES	33
16. RESULTADO FINANCEIRO	33
17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	34
19. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	36

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 27.847.973/0001-17
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos			
Ativo circulante		48.523	27.098
Caixa e equivalentes de caixa	6	24.228	10.030
Concessionárias e permissionárias	7	8.936	2.956
Tributos compensáveis	8.3	14.577	13.637
Despesas pagas antecipadamente		782	136
Outros ativos		-	339
Ativo não circulante		613.606	547.521
Depósitos judiciais	12.1	11.435	14.047
Tributos diferidos	7.2	14.462	7.225
Outros ativos		478	478
Imobilizado	9	570.699	524.668
Intangível	9	16.532	1.103
Total do ativo		662.129	574.619
Passivo			
Passivo circulante		65.222	62.681
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	10	11.089	51.451
Empréstimos e financiamentos	11	15.823	6.917
Obrigações sociais e trabalhistas		754	1.016
Tributos	8.4	1.114	2.124
Dividendos declarados	13.2	8.973	-
Encargos setoriais	8.4	117	22
Contas a pagar de operações de mútuo	11	27.074	-
Outros passivos		278	1.151
Passivo não circulante		465.945	354.172
Empréstimos e financiamentos	11	436.818	336.620
Provisão para litígios	12	28.792	17.454
Encargos setoriais	8.2	173	31
Outros passivos		162	67
Total do Passivo		531.167	416.853
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	168.000	168.000
Reservas de lucros		182.491	153.684
Prejuízos acumulados		(219.529)	(163.918)
Total do patrimônio líquido	19.6	130.962	157.766
Total do passivo e do patrimônio líquido		662.129	574.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 27.847.973/0001-17
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso		60.360	8.716
Disponibilização do sistema de transmissão	14	60.360	8.716
Tributos	14	(5.583)	(806)
PIS		(996)	(144)
Cofins		(4.587)	(662)
Encargos - Parcela "A"	14	(675)	(78)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(541)	(78)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(134)	-
Receita líquida	14	54.102	7.832
Resultado antes dos custos gerenciáveis		54.102	7.832
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(17.912)	(3.597)
Pessoal e administradores	15	(2.587)	(2.927)
Material		(104)	(174)
Serviços de terceiros		(2.767)	(188)
Arrendamento e aluguéis		(563)	(85)
Tributo		(29)	(34)
Provisões líquida - PCLD		1	(28)
Provisões líquidas - contingências		(2)	(2)
Depreciação e amortização		(11.008)	(118)
Outros gastos operacionais		(853)	(41)
Resultado da Atividade		36.190	4.235
Resultado Financeiro	16	(61.255)	(19.448)
Receitas financeiras		825	3.720
Despesas financeiras		(62.630)	(23.074)
Outros resultados financeiros, líquidos		550	(94)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(25.065)	(15.213)
Despesa com impostos sobre os lucros	8.1.1	7.234	6.899
Prejuízo líquido do exercício		(17.831)	(8.314)
Prejuízo por ação			
Prejuízo básico e diluído do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(0,0700)	(0,0340)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 27.847.973/0001-17
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(17.831)	(8.314)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	(2.026)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	689
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	-	(1.337)
Resultado abrangente do exercício	<u>(17.831)</u>	<u>(9.651)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 27.847.973/0001-17
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital Social	Reservas legal	Reservas de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	168.000	2.717	47.505	4.129	(1.337)	(56.271)	164.743
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(8.314)	(8.314)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	1.337	-	1.337
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	4.967	-	-	-	(4.967)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	94.366	-	-	(94.366)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	168.000	7.684	141.871	4.129	-	(163.918)	157.766
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(17.831)	(17.831)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	1.889	-	-	-	(1.889)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	26.919	-	-	(26.919)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.973)	(8.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	168.000	9.573	168.790	4.129	-	(219.530)	130.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 27.847.973/0001-17
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(17.831)	(8.314)
Ajustado por:	65.029	12.667
Depreciação e amortização	11.008	118
Tributos sobre o lucro	(7.234)	(6.899)
Resultado financeiro, líquido	61.255	19.448
Variações de ativos e passivos:		
Concessionárias e permissionárias	(5.978)	(2.956)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(49.588)	(26.450)
Obrigações sociais e trabalhistas	(262)	247
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(1.800)	(9.587)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(4.967)	(293)
Outros ativos e passivos, líquidos	(1.087)	(5.891)
Caixa líquidos consumido nas operações	(16.484)	(40.577)
Encargos de dívidas pagos	(3.383)	(5.488)
Instrumentos derivativos pagos	-	(1.545)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	904	3.749
Caixa consumido nas atividades operacionais	(18.963)	(43.861)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(43.770)	(214.804)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(43.770)	(214.804)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	53.000	333.232
Pagamentos dos custos de captação	-	(2.469)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	-	(263.926)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	23.931	63.929
Caixa oriundo nas atividades de financiamento	76.931	130.766
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	14.198	(127.899)
Caixa e equivalentes no início do exercício	10.030	137.929
Caixa e equivalentes no final do exercício	24.228	10.030
Transações que não envolveram caixa:		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	9.776	50.175
Adição de provisões capitalizadas - imobilizado e intangível	7.579	2.679
Adição de indenização fundiária	6	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. (“Neoenergia Dourados” ou “Companhia”) está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 – Imbirussu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbirussu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Ivinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Ivinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 – Dourados, com extensão de aproximadamente 48,21, km com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP para os trechos ainda em construção, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para agosto de 2022.

A Companhia iniciou parte de sua operação comercial em outubro de 2020. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R\$41.255, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

2.1. Corona vírus (“Covid-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impactos nas demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

2.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

2.3. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

2.3.1. Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

2.3.2. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 11).

2.3.3. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos. Esse risco é proveniente principalmente de valores a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AA		AAA

2.4. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada em reais mil
Terrorismo	31/05/2021 a 30/05/2022	183.876
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2021 a 30/05/2022	100.000
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/2021 a 30/05/2022	261191
Responsabilidade civil - drones	15/06/2021 a 15/06/2022	598
Equipamento	30/06/2021 a 30/06/2022	Valor equipamento
Fiel Cumprimento	02/08/2017 a 08/05/2023	24362.01997

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MSCE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, que consolidou em um único ato as Resoluções Normativas nº 396/2010, nº 605/2014 e nº 814/2018. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 19, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de março de 2022, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

3.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7	Perdas de crédito esperadas
8.2	Tributos sobre o lucro diferido
12	Provisão para litígios
18	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

3.5. Novas normas e interpretações não vigentes

O Despacho ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, aprovou a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE na dimensão procedimental, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as principais alterações na versão 2022 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, e não espera impactos relevantes nas Demonstrações Regulatórias do exercício seguinte.

4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, do seu fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020, originalmente emitidas em 30 de abril de 2021.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados como retificação de erro.

	<u>Ref.</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do exercício		(8.314)	-	(8.314)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		12.667	-	12.667
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		23.725	(50.175)	(26.450)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais		2.386	(2.679)	(293)
Outros		(18.187)	-	(18.187)
Caixa líquidos oriundo das (consumido nas) operações	(a)	12.277	(52.854)	(40.577)
Outros		(3.284)	-	(3.284)
Caixa oriundo das (consumido nas) atividades operacionais		8.993	(52.854)	(43.861)
Aquisição de imobilizado e intangível	(a)	(267.658)	52.854	(214.804)

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Utilização de caixa em atividades de investimento	(267.658)	52.854	(214.804)
Geração de caixa em atividades de financiamento	130.766	-	130.766
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(127.899)	-	(127.899)

(a) A Administração da Companhia avaliou a apresentação no exercício de 2020 dos investimentos que não envolveram caixa e efetuou a reclassificação para o grupo de atividades operacionais.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil.

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2020, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação compulsória. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	99	37
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	8.101
Fundos de investimento	24.129	1.892
	24.228	10.030

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2021			2020		
	Recebível	Provisão de créditos de liquidação duvidosa	Contas a receber, líquidos	Recebível	Provisão de créditos de liquidação duvidosa	Contas a receber, líquidos
Encargos de Uso da Rede Elétrica	8.963	(27)	8.936	2.984	(28)	2.956
	8.963	(27)	8.936	2.984	(28)	2.956

Descrição	Valores Correntes							
	Corrente a vencer	Corrente Vencida				Provisão de créditos de liquidação duvidosa	Total 2021	Total 2020
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	8.918	12	3	20	10	(27)	8.936	2.956
Total	8.918	12	3	20	10	(27)	8.936	2.956

7.1. Políticas contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

8.1. Tributos sobre o lucro

8.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo antes dos tributos	(25.065)	(15.213)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	8.522	5.172
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	-	449
Outras adições (reversões) permanentes	(1.288)	1.278
Tributos sobre o lucro - diferido	<u>7.234</u>	<u>6.899</u>

8.2. Tributos diferidos

	<u>IR/CSLL</u>	
Ativo	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão participação nos lucros e resultados	1.956	1.733
Prejuízo fiscal e base negativa	60.785	19.430
Outros	601	87
Total diferenças temporárias - ativo	<u>63.342</u>	<u>21.250</u>
Passivo (-)		
Custo proporcional da RAP reconhecida	(31.388)	-
Amortização e depreciação regulatória	10.903	-
Outros	(322)	-
Total diferenças temporárias - passivo	<u>(20.807)</u>	<u>-</u>
Total diferenças temporárias - líquido	<u>42.535</u>	<u>21.250</u>
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Tributos sobre o lucro diferido ativo, líquido	<u>14.462</u>	<u>7.225</u>

8.3. Tributos compensáveis

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos compensáveis		
Impostp de renda - IR	13.872	12.958
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	59	6
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	610	637
Outros	36	36
	<u>14.577</u>	<u>13.637</u>
Circulante	14.577	13.637
Não circulante	-	-

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.4. Outros tributos e encargos setoriais

	2021	2020
Outros tributos		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	253	680
Programa de integração social – PIS	112	43
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	520	204
Instituto nacional de seguridade social - INSS	59	354
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	34	33
Imposto sobre serviços - ISS	30	435
Impostos e contribuições retidos na fonte	13	12
Outros	93	363
	1.114	2.124
Encargos setoriais a recolher		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	173	31
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	49	15
Ministério de minas e energia - MME	24	7
Conta de desenvolvimento energético - CDE	20	-
Outros	24	-
	290	53
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	1.404	2.177
Circulante	1.231	2.146
Não circulante	173	31

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo imobilizado em serviço								
Transmissão	-	-	340.730	340.730	340.730	(10.903)	329.827	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	8.710	8.710	8.710	(383)	8.327	-
Máquinas e equipamentos	-	-	332.020	332.020	332.020	(10.520)	321.500	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	39	-	-	39	-	(26)	13	19
Máquinas e equipamentos	39	-	-	39	-	(26)	13	19
Subtotal	39	-	340.730	340.769	340.730	(10.929)	329.840	19
Ativo imobilizado em curso								
	39							
Transmissão	524.633	59.188	(343.001)	240.820	(283.813)	-	240.820	524.633
Edificações, obras civis e benfeitorias	122.334	-	(60.623)	61.711	(60.623)	-	61.711	122.334
Máquinas e equipamentos	321.796	58.059	(256.658)	123.197	(198.599)	-	123.197	321.796
Terrenos	31.095	-	(8.399)	22.696	(8.399)	-	22.696	31.095
Móveis e utensílios	2.647	-	(1.297)	1.350	(1.297)	-	1.350	2.647
Veículos	-	1.129	-	1.129	1.129	-	1.129	-
Outros	46.761	-	(16.024)	30.737	(16.024)	-	30.737	46.761
Administração	16	23	-	39	23	-	39	16
Máquinas e equipamentos	16	23	-	39	23	-	39	16
Subtotal	524.649	59.211	(343.001)	240.859	(283.790)	-	240.859	524.649
Total do ativo imobilizado	524.688	59.211	(2.271)	581.628	56.940	(10.929)	570.699	524.668

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+ (B)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em serviço								
Transmissão	-	-	16.031	16.031	16.031	-	16.031	-
Outros	-	-	16.031	16.031	16.031	-	16.031	-
Administração	496	-	-	496	-	(239)	257	357
Softwares	496	-	-	496	-	(239)	257	357
Ativo imobilizado em curso								
Administração	734	13.091	(13.760)	65	(669)	-	65	734
Softwares	666	-	-	666	-	-	666	666
Outros	68	13.091	(13.760)	(601)	(669)	-	(601)	68
Administração	12	167	-	179	167	-	179	12
Softwares	12	167	-	179	167	-	179	12
Total do ativo intangível	1.242	13.258	2.271	16.771	15.529	(239)	16.532	1.103

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

	2021			2020	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		356.761	(10.903)	345.858	-
Custo histórico	4,02%	356.761	(10.903)	345.858	-
Administração		535	(265)	270	376
Custo histórico	6,25%	535	(265)	270	376
		357.296	(11.168)	346.128	376
Em curso					
Transmissão		240.885	-	240.885	525.367
Administração		218	-	218	28
		241.103	-	241.103	525.395
		598.399	(11.168)	587.231	525.771

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Conductor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	3,13%
Religadores	4,00%
Administração	
Equipamento geral	6,25%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Máquinas Equipamentos	58.082	-	58.082
Veículos	1.102	27	1.129
Total das Adições	59.184	27	59.211

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Materiais e serviços	11.089	51.451
Total	<u>11.089</u>	<u>51.451</u>
Circulante	11.089	51.451

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

11.1. Abertura do endividamento - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente ?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo				
																2024	2025	2026+	Total	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	15.054	-	436.818	452.641													20.477.864	22.119.934	22.119.934	22.119.934
ET12_DIV_BNDES_2020.03	15.054	-	407.233	422.287	Sim	mar-21	Aval/Fiança	IPCA	0,00%	15/02/2023	Outros ⁽¹⁾	15/02/2023	15/09/2045	Outros ⁽¹⁾	SAC		18.062.766	19.704.836	19.704.836	19.704.836
ET12_DIV_FCO_2020.10	769	-	29.585	30.354	Sim	out-20	Aval/Fiança	IPCA	0,00%	01/02/2022	Outros ⁽¹⁾	02/05/2023	01/02/2035	Outros ⁽¹⁾	SAC		2.415.098	2.415.098	2.415.098	2.415.098
Mútuos Passivos	1.596	25.478	-	27.074																
ET12_MUT_EKTT12_2021.01	1.596	25.478	-	27.074	Sim	jan-21	Não há	CDI	142,23%	19/04/2022	Outros ⁽¹⁾	19/04/2022	19/04/2022	Outros ⁽¹⁾	Bullet (final)		-	-	-	-

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA

Saldo Total

Ativos Financeiros

24.228

Caixa e Aplicações Financeiras

24.228

Para o quadro acima considera-se como ativo financeiro apenas o caixa e equivalentes de caixa.

11.2. Composição do endividamento e dívida líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2021	Total 2020
Dívida bruta	17.419	25.478	436.818	479.715	343.537
Financ. / Emprést. moeda nacional	15.823	-	436.818	452.641	343.537
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	1.596	25.478	-	27.074	-
Ativos Financeiros	-	(24.228)	-	(24.228)	(10.030)
Alta liquidez	-	(24.228)	-	(24.228)	(10.030)
Dívida líquida	17.419	1.250	436.818	455.487	333.507

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

12. PROVISÃO PARA LITÍGIO E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para processos judiciais cíveis	25.033	17.454
Provisão para obrigações ambientais	3.759	-
	<u>28.792</u>	<u>17.454</u>
Não circulante	28.792	17.454

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação.

12.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial do exercício	17.454	14.775
Adições e reversões, líquidas	4.130	108
Atualizações monetárias	3.449	2.571
Saldo final do exercício	<u>25.033</u>	<u>17.454</u>

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Processos cíveis (i)	-	14
Processos fiscais (ii)	10	10
	<u>10</u>	<u>24</u>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

(ii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2021</u>
Processos cíveis	11.435	14.047
	11.435	14.047

12.2. Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**13.1. Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$168.000, sendo R\$244.340 subscrito e R\$76.340 integralizado, dividido em 244.340.081 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		R\$
	Qtde.	%	
Neoenergia S.A.	244.340	100%	168.000
Total	244.340	100%	168.000

13.2. Lucro por ação e remuneração ao acionista**c) Lucro por ação**

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	(17.831)	(8.314)
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	244.340	244.340
Lucro básico e diluído por ação – R\$	(0,04)	(0,03)

d) Remuneração aos acionistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido societário do exercício	37.781	99.333
Reserva legal	(1.889)	(4.967)
Lucro líquido societário ajustado	35.892	94.366
Destinação para reserva de lucros a realizar	(26.919)	(94.366)
Lucro líquido societário a distribuir	8.973	-
Natureza da remuneração:		
Dividendos mínimo obrigatório	8.973	-
	8.973	-

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.3. Reserva de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

c) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

13.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional		
Receita de transmissão – Rede Básica ^(a)	60.360	8.716
Deduções à receita		
PIS / COFINS	(5.583)	(806)
Encargos- Parcela “A”		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(541)	(78)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(134)	-
	<u>54.102</u>	<u>7.832</u>

^(a) A receita de transmissão – Rede Básica é relacionada à construção, operação e manutenção sob o Contrato de Concessão nº 25/2017 – Linha de Transmissão e são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados.

14.1. Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho.

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA).

15. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração	(1.393)	(1.202)
Encargos	(488)	(338)
Previdência privada - Corrente	(115)	(58)
Rescisões	(3)	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(258)	(922)
Outros benefícios - Corrente	(330)	(407)
Total	<u>(2.587)</u>	<u>(2.927)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	904	3.749
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(84)	(182)
Atualização de depósitos judiciais	-	151
Outras receitas financeiras	5	2
	<u>825</u>	<u>3.720</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(59.487)	(17.338)
IOF	(1.491)	(5.699)
Encargos sobre mútuo	(1.596)	-
Outras despesas financeiras	(56)	(37)
	<u>(62.630)</u>	<u>(23.074)</u>
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	-	(85.864)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	-	19.764
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	(18.339)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	84.327
Outras variações monetárias, líquidas	550	18
	<u>550</u>	<u>(94)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(61.255)</u>	<u>(19.448)</u>

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos e (ii) contratos de O&M.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2021	2020
Ativo		
Contas a receber e outros	1.157	376
	<u>1.157</u>	<u>376</u>
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar	315	-
Dividendos a pagar	8.973	-
Mútuo	27.074	-
Compartilhamento de pessoal	204	746
	<u>36.566</u>	<u>746</u>

17.2. Transações com partes relacionadas

	2021			2020	
	Subsidiárias Neoenergia	Controladora	Total	Subsidiárias Neoenergia	Total
Resultado do exercício					
Receita operacional líquida (a)	7.928	-	7.928	1.088	1.088
Custos dos serviços (b)	(1.048)	-	(1.048)	-	-
Despesas gerais e administrativas (c)	(1.952)	-	(1.952)	(1.172)	(1.172)
Resultado financeiro líquido	-	(1.596)	-	-	-
	<u>4.928</u>	<u>(1.596)</u>	<u>4.928</u>	<u>(84)</u>	<u>(84)</u>

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

(a) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (CUST e CTT), com vigência até 2027, corrigidos, anualmente, pela correção do IPCA.

(b) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Elektro O&M.

(c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020.

17.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**18.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimo e recebíveis		541	541	8.659	8.659
Caixa e equivalentes de caixa		99	99	8.101	8.101
Outros ativos financeiros		442	442	558	558
Mensurados pelo custo amortizado		8.963	8.963	2.984	2.984
Concessionárias e permissionárias		8.963	8.963	2.984	2.984
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		24.129	24.129	1.929	1.929
Caixa e equivalentes de caixa	2	24.129	24.129	1.929	1.929
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		491.189	491.189	396.314	396.314
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		11.089	11.089	51.451	51.451
Empréstimos e financiamentos	2	452.641	452.641	343.537	343.537
Outros passivos financeiros		27.459	27.459	1.326	1.326

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

(i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

18.2. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	24.129	2.208	(552)	(1.104)
Passivos financeiros							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	10,74%	(454.826)	(65.902)	(12.626)	(25.251)

19. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

		2021		2020	
	Notas	Regulatório	Ajustes	Regulatório	Ajustes
Ativos					
Ativo circulante		48.523	77.417	27.098	12.927
Caixa e equivalentes de caixa		24.228	-	10.030	-
Concessionárias e permissionárias	19.3	8.936	(69)	2.956	-
Tributos compensáveis		14.577	-	13.637	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	19.1	-	77.486	-	12.927
Despesas pagas antecipadamente		782	-	136	-
Outros ativos circulantes		-	-	339	-
Ativo não circulante		613.606	334.098	547.521	308.959
Depósitos judiciais		11.435	-	14.047	-
Tributo diferido	19.2	14.462	(14.462)	7.225	(7.225)
Outros ativos não circulante		478	-	478	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	19.1	0	932.303	0	839.723
Imobilizado	19.1	570.699	(567.647)	524.668	(522.805)
Intangível	19.1	16.532	(16.096)	1.103	(734)
Total do ativo		662.129	411.518	574.619	321.886
Passivo					
Passivo circulante		65.222	-	62.681	-
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		11.089	-	51.451	-
Empréstimos e financiamentos		15.823	-	6.917	-
Obrigações sociais e trabalhistas		754	-	1.016	-
Tributos		1.114	-	2.124	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		8.973	-	-	-
Encargos setoriais		117	-	22	-
Contas a pagar de operações de mútuo		27.074	-	-	-
Outros passivos circulantes		278	-	1.151	-
Passivo não circulante		465.945	191.986	354.172	157.968
Empréstimos e financiamentos		436.818	-	336.620	-
Provisão para litígios		28.792	-	17.454	-
Tributos	19.2	-	93.407	-	78.870
Encargos setoriais		173	-	31	-
Tributos diferidos	19.2	-	98.579	-	79.098
Outros passivos não circulantes		162	-	67	-
Total do passivo		538.241	191.986	416.853	157.968
Patrimônio líquido					
Capital social		168.000	-	168.000	-
Reservas de lucros		182.491	-	153.684	-
Prejuízos Acumulados	19.5	(219.529)	219.529	(163.918)	163.918
Total do patrimônio líquido		130.962	219.529	157.766	163.918
Total do passivo e do patrimônio líquido		662.129	404.441	574.619	321.886

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado

	Notas	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		60.360	157.138	217.498	8.716	462.624	471.340
Disponibilização do sistema de transmissão	19.1	60.360	157.138	217.498	8.716	462.624	471.340
Tributos		(5.583)	(14.536)	(20.119)	(806)	(42.793)	(43.599)
PIS	19.2	(996)	(2.593)	(3.589)	(144)	(7.633)	(7.777)
Cofins	19.2	(4.587)	(11.943)	(16.530)	(662)	(35.160)	(35.822)
Encargos - Parcela "A"		(675)	-	(675)	(78)	-	(78)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(541)	-	(541)	(78)	-	(78)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(134)	-	(134)	-	-	-
Receita líquida		54.102	142.602	196.704	7.832	419.831	427.663
Resultado antes dos custos gerenciáveis		54.102	142.602	196.704	7.832	419.831	427.663
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(17.912)	(60.275)	(78.187)	(3.597)	(254.795)	(258.392)
Pessoal e administradores	19.1	(2.587)	(4.609)	(7.196)	(2.927)	-	(2.927)
Material	19.1	(104)	(13.859)	(13.963)	(174)	-	(174)
Serviços de terceiros	19.1	(2.767)	(40.578)	(43.345)	(188)	-	(188)
Arrendamento e aluguéis	19.1	(563)	563	-	(85)	-	(85)
Tributo		(29)	-	(29)	(34)	-	(34)
Provisões líquida - PCLD	19.1	1	(69)	(68)	(28)	-	(28)
Provisões líquidas - contingências		(2)	-	(2)	(2)	-	(2)
Depreciação e amortização	19.3	(11.008)	10.902	(106)	(118)	-	(118)
Outros gastos operacionais	19.1	(853)	(12.625)	(13.478)	(41)	(254.795)	(254.836)
Resultado da Atividade		36.190	82.327	118.517	4.235	165.036	169.271
Resultado Financeiro		(61.255)	-	(61.255)	(19.448)	-	(19.448)
Receitas financeiras		825	-	825	3.720	-	3.720
Despesas financeiras		(62.630)	-	(62.630)	(23.074)	-	(23.074)
Outros resultados financeiros, líquidos		550	-	550	(94)	-	(94)
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(25.065)	82.327	57.262	(15.213)	165.036	149.823
Despesa com impostos sobre os lucros	19.2	7.234	(26.715)	(19.481)	6.899	(57.389)	(50.490)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(10.757)	48.538	37.781	(8.314)	107.647	99.333
(Prejuízo) Lucro por ação							
(Prejuízo) Lucro básico e diluído do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(0,07)		(0,16)	(0,03)		(0,24)

19.1. Concessão do serviço público (ativo contratual)

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o

direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

19.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos referem-se aos efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos entre a contabilidade regulatória e societária, principalmente pela eliminação na contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC 47 (vide nota 19.1).

19.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Ajustes decorrentes da eliminação dos efeitos do pronunciamento técnico CPC 48, referente ao reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre saldos a vencer de clientes na contabilidade societária.

19.4. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009, tendo sido revisada e atualizada pela resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

19.5. Lucros (Prejuízos) acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.847.973/0001-17

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.6. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos PL conforme contabilidade societária	350.491	321.684
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(219.529)	(163.918)
Efeitos aplicação CPC 48 (IFRS 9)	69	-
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(321.734)	(250.241)
Depreciação	(10.902)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	113.038	86.323
Saldos PL conforme contabilidade regulatória	130.962	157.766

19.7. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido societário do exercício	37.781	99.333
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(55.612)	(107.647)
Amortização juros a incorrer	-	-
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(71.494)	(165.036)
Efeitos aplicação CPC 48 (IFRS 9)	69	-
Diferenças de imobilizado	(10.902)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	26.715	57.389
Lucro líquido do exercício regulatório	(17.831)	(8.314)